Migração de retorno e reinserção produtiva: evidências para o Brasil*

Return Migration and Productive Reinsertion: Evidence for Brazil

Allyne de Almeida Ferreira e Hilton Martins de Brito Ramalho**

Resumo: Este artigo investiga o impacto da acumulação de riqueza na decisão de ocupação do migrante interestadual de retorno no Brasil. Para tanto, foram usados dados das PNAD de 2009 de um modelo probit com regressor endógeno, corrigindo o viés de endogeneidade presente na acumulação de riqueza. As evidências empíricas permitiram observar que a acumulação de riqueza impactou positivamente na escolha por empregar-se como autônomo e/ou empreendedor. Ademais, também foi constatado que os trabalhadores migrantes mais prováveis de se empregar como autônomo ou empreendedor são os homens, de cor branca, mais velhos, com baixa escolaridade e que residem nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Palavras-chave: Migração de retorno. Inserção produtiva. Riqueza.

Abstract: This paper aims to investigate the impact of savings/wealth accumulation on the occupational choice of interstate return migration in Brazil. For this, we use data provided by PNADs of IBGE and a probit model with endogenous regressor, correcting the bias of endogeneity due to savings. The findings show that the choices for self-employment and entrepreneur are positively related to savings. Furthermore, the return migrants more favorable to self-employment or entrepreneur are men, white, aged older, with low schooling and that living in the North, Northeast and Midwest regions.

Keywords: Return Migration. Labor Market. Wealth.

JEL: J24. J21. D31.

* Submissão: 25/10/2023 | Aprovação: 20/06/2024 | DOI: 10.5380/re.v45i86.93171

** Respectivamente: (1) Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil | ORCID: 0000-0001-9615-5477 | E-mail: allynealmeida3@gmail.com | (2) Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil | ORCID: 0000-0002-1218-2687 | E-mail: hiltonmbr@gmail.com

Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

1. Introdução

Nas últimas duas décadas, houve um expressivo número de estudos na literatura nacional sobre a migração de retorno, pelo fato de ser um fenômeno recente dentre o fluxo migratório no território brasileiro. Conforme o IBGE (2012), nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, os migrantes de retorno apresentam cerca de 22% e 24,5%, respectivamente, do total de imigrantes do Brasil, tendo os estados nordestinos como a maior receptora de seus naturais, representando mais 40% do total, exceto o estado do Rio Grande do Norte e Sergipe. Da mesma forma, Siqueira *et al*. (2007), um estudo feito por meio dos dados do Censo de 2000, apresenta um percentual de 21,60% de migrantes de retorno no total de migrantes do país. Entretanto, a maioria dos migrantes que retornaram a sua terra natal são nordestinos, alcançando cerca de 40% do total de migrantes de retorno.

Segundo Mesnard (2004), o motivo principal da ocorrência da migração de trabalhadores é a procura de melhores salários e maiores oportunidades de emprego no local de destino. De tal modo, de acordo com Ramalho e Silveira Neto (2009), quando os indivíduos retornam ao seu lugar de nascimento, podem trazer consigo tanto capital físico quanto humano, que devem influenciar na escolha de ocupação na região de nascimento, mesmo que o retorno seja por motivos de frustação de expectativas. Já segundo Dustmann (2007), a experiência adquirida na região da migração leva a melhorar as habilidades e a produtividade dos migrantes que serão mais valorizadas na região de nascimento. Nesse sentido, Iara (2006) considera que os migrantes temporários recebem prêmio salarial na região de origem depois de se empregarem em um mercado de trabalho externo à sua economia.

No entanto, os motivos que influenciam a migração de retorno podem estar relacionados às possibilidades de atuação no mercado de trabalho na região de origem após o regresso (Shima, 2011), com as redes sociais, pois a existência de amigos e parentes no local de nascimento ajuda a obter mais informações sobre a economia local (Queiroz, 2010), ou ainda relacionada aos afetos familiares, sociais e culturais (Constant; Massey, 2002).

Neste contexto, os trabalhadores podem retornar para a região de origem com acúmulo de poupança, direcionando-o para o consumo de bens duráveis, para aplicações financeiras ou, até mesmo, para o uso produtivo. Quando o indivíduo acumula poupança a fim de investir em atividades empreendedoras ou autônomas

após a migração de retorno, possivelmente, a migração foi parte de um planejamento econômico no ciclo de vida (Dustmann e Kirchkamp, 2001). Por outro lado, os migrantes podem enviar remessas de capital para a região de origem a fim de superar restrições financeiras e/ou permitir a abertura de pequenas e médias empresas, podendo, assim, diminuir o desemprego e a pobreza na região local (Stark *et al*., 1986; Stark; Lucas, 1988).

Beine *et al*. (2006) sugerem que a migração pode ser ruim para a região de origem, pois pode ocorrer a "fuga de cérebros" (*brain drain*), ou seja, os emigrantes podem ser os mais escolarizados da região. Porém, os autores também ressaltam a importância da migração de retorno pelo fato do acúmulo de capital físico e humano, durante a estadia na região de acolhimento, possivelmente podem impactar no desenvolvimento da região de origem.

Dustmann e Kichkamp (2001), em estudo sobre os migrantes de retorno da Turquia, mostraram evidências de que esses indivíduos, depois de passarem um tempo na Alemanha, voltavam para casa e se empregavam como empreendedores com o capital proveniente da poupança que eles adquiriram durante a migração. Também no estudo de McCormick e Wahba (2001) feito para os migrantes de retorno egípcios, os autores mostraram que a acumulação de poupança e o tempo de residência no país estrangeiro aumenta a probabilidade dos indivíduos a se tornarem empreendedores após o retorno ao país de origem. Porém, os resultados evidenciam que a aquisição de habilidades adquiridas no exterior é mais importante para os trabalhadores mais educados do que para os indivíduos com pouca ou quase nenhuma escolarização, pois os últimos se ocupam em trabalhos que precisam apenas de força física.

Na literatura nacional, ainda há pouquíssimas evidências sobre a escolha ocupacional de migrante de retorno, reforçando a importância desse estudo. No estudo de Siqueira (2006), feito a partir dos dados do Censo de 2000, indica que os migrantes de retorno têm mais probabilidades de estarem desempregados, ou empregados sem carteira assinada, ou ainda, aposentados após o retorno à região de nascimento, entretanto, apenas nesta última situação que sugere o planejamento do ciclo de vida como a causa do retorno à região de origem. Já Ramalho e Silveira Neto (2009) realizaram um estudo com os dados da PNAD de 2007 e seus resultados sugerem que a experiência adquirida na região de destino aumenta a probabilidade de o trabalhador se ocupar como autônomo ou empreendedor após

o retorno à região de nascimento. Por sua vez, Silva (2015), em um estudo para o nordeste brasileiro, aponta que homens migrantes retornados têm alta participação como autônomos, enquanto mulheres têm maior probabilidade de trabalhar informalmente.

Nesse contexto, esse estudo pretende avaliar, no Brasil, a inserção do migrante interestadual de retorno no mercado de trabalho do estado de nascimento, ou seja, como a decisão de escolha ocupacional no local de origem está relacionada à aquisição de experiências e dotações de capital humano e/ou riqueza durante a migração. Portanto, esse artigo está dividido em seis seções, além desta breve introdução. Por conseguinte, a seção 2 aborda uma revisão teórica sobre os determinantes da inserção produtiva dos migrantes de retorno no mercado de trabalho da região de origem. A seção 3 é dedicada a uma breve revisão literária empírica. Na seção 4 são apresentadas a base de dados, os tratamentos e a estratégia empírica. Em seguida, na seção 5 são examinadas as evidências empíricas sobre os determinantes da escolha ocupacional dos migrantes interestadual de retorno no Brasil. Por fim, as considerações finais são apresentadas na seção 6.

2. Remigração e escolha ocupacional na teoria econômica

A remigração à região de nascimento pode ser explicada por meio de duas principais abordagens presentes na teoria do capital humano. Primeiro, a migração de retorno pode ser vista como um planejamento ótimo de vida, ou seja, o indivíduo planejou passar um tempo fora de sua região de nascimento para trabalhar e auferir melhores rendimentos e depois retornar à sua região de origem (Cohen; Haberfield, 2001; Dustmann; Kirchkamp, 2001; Mesnard, 2004). E segundo, o retorno é acarretado por desapontamentos e dificuldades achadas na região de destino, tais como falta de emprego ou a presença de subemprego, baixos salários etc. Portanto, o trabalhador acaba remigrando às suas origens antes do seu planejamento, isto é, o tempo que ele esperava permanecer na região de destino (Da Vanzo, 1983; Shumway e Hall, 1996).

Por outro lado, os trabalhadores podem escolher outro destino para novamente migrar, que pode ser diferente da região de nascimento. Entretanto, as pessoas que retornam ao seu local de origem geralmente procuram diminuir as

incertezas e riscos atrelados a um novo movimento, pelo fato da presença de redes sociais, como os familiares e amigos (Massey *et al*., 1987; Salles, 1999).

Alguns autores enfatizam o fenômeno da migração de retorno por existir várias razões que podem levar o indivíduo a decidir voltar para casa e não remigrar para outro lugar. Todavia, a migração de retorno também pode ser explicada por motivos familiares, afinidades culturais com a região de nascimento e patriotismo (Vanderkamp, 1971; Constant; Massey, 2002). Já Dustmann (1996) argumenta que a migração de retorno se dá quando os indivíduos acreditam ter chegado a um ponto ótimo de acumulação de capital em que rendimento potencial da região de origem supera o rendimento na região de migração. Da mesma forma, outros autores sugerem que a experiência no mercado de trabalho aumenta o prêmio salarial (Rainhold; Thom, 2009; Iara, 2006).

Portanto, a migração de retorno permite a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho da região de nascimento. O enquadramento ocupacional e, até mesmo, a chance de emprego do remigrado, podem estar relacionados, entre outros fatores, à aquisição de capital humano na região de acolhimento inicial. Segundo Mesnard (2004), a acumulação de poupança, obtida na região de destino do migrante, e/ou as remessas enviadas à região de origem, podem se constituir em importante capital financeiro e, assim, assegurar o emprego do trabalhador (empreendimento) mediante seu retorno ao local de origem. Por outro lado, para Dustmann e Kirchkamp (2001), a acumulação de habilidades e conhecimentos específicos à região de destino, é determinante para a absorção do remigrado no mercado de trabalho da região de nascimento.

É importante ressaltar que a maioria dos modelos de migração com informação imperfeita, não discute o impacto dos custos de informação e/ou das restrições ao crédito sobre a migração e a escolha ocupacional. Nesse contexto, Mesnard (2004) desenvolveu um modelo em que procura preencher essa lacuna, descrito na subseção abaixo.

2.1 Modelo de determinação conjunta do tempo de duração de migração e da escolha ocupacional do remigrado

O modelo teórico apresentado nesta subseção foi desenvolvido por Mesnard (2004) e analisa como a duração ótima da migração e a escolha ocupacional, após a remigração, são influenciadas pelas imperfeições do mercado de crédito. As duas

principais implicações do modelo sugerem que: (i) restrições de crédito afetam a decisão ocupacional após a migração de retorno e (ii) uma redução de salários no país estrangeiro não é equivalente a um aumento dos rendimentos no país de origem, no tocante à decisão de remigrar.

Esse modelo supõe que a migração é parte de um planejamento ótimo, ou seja, o trabalhador representativo maximiza o valor presente do benefício esperado ao longo do seu período de atividade econômica, dadas às restrições orçamentária e de crédito. O período de atividade econômica do trabalhador tem uma duração total de 1 unidade tempo. Dessa forma, o período de migração é definido por t e o período após o retorno da migração, por $1 - t$. O trabalhador possui informação perfeita sobre os salários no país estrangeiro (y_f) e no país de origem (y_h). Admite-se que os salários no país estrangeiro são inicialmente maiores que no país de origem $(y_f > y_h)$, pois, caso contrário, a migração inicial não seria consistente com a hipótese de racionalidade econômica. Também com previsão perfeita, o trabalhador escolhe simultaneamente os fluxos de consumo no país estrangeiro (c_f) e no país de origem (c_h)[1].

Além disso, a utilidade marginal do consumo, no país estrangeiro, é considerada menor do que a utilidade marginal de consumo no país de origem, ou seja, o trabalhador valoriza mais o consumo no seu país de nascimento do que no país estrangeiro. Formalmente, dada à função utilidade u tem-se $u'_h(c) \geq u'_f(c), \forall\, c > 0$[2].

No país de origem do migrante o mercado de crédito é imperfeito, pois se supõe que os empréstimos apenas são concedidos mediante garantias (B)[3]. Portanto, ao migrar, o trabalhador pode acumular poupança, e no período de remigração, investir o capital financeiro em um projeto no país de nascimento[4].

[1] Mesnard (2004) admite duas hipóteses simplificadoras: o fluxo de consumo é dado em cada período de tempo e as taxas de juros e de desconto são nulas.

[2] Ainda são consideradas as conhecidas condições de Inada: $u'_i > 0, u''_i < 0\ \forall\ i = f, h,\ \lim_{c\to 0} u'_i(0) = \infty$, $\lim_{c\to\infty} u'_i(c) = 0$, ou seja, a utilidade marginal do consumo é decrescente, o consumo de poucas unidades é supervalorado e a utilidade marginal é não negativa.

[3] O montante de garantias (B) é uma variável exógena. Essa variável também pode ser interpretada como um custo irrecuperável.

[4] Admite-se que os trabalhadores não podem acumular poupança no país de nascimento. Assim, se desejam trabalhar como autônomos no país de naturalidade, devem migrar para o país estrangeiro, trabalhar como assalariados e/ou acumular poupança. A aplicação do capital financeiro ocorre exatamente na data da migração de retorno.

Porém, o capital investido deve gerar alto retorno financeiro, de modo que o rendimento esperado dos trabalhadores autônomos $\bar{y}$ é supostamente maior do que os salários médios no país estrangeiro e no país de origem ($\bar{y} > y_f > y_h$). Logo, sob essas suposições, o processo de migração temporária torna-se um importante mecanismo para o rompimento das restrições financeiras no país de origem através de acumulação de poupança no país estrangeiro.

A restrição orçamentária, durante o primeiro período de migração t, é dada por:

$$tc_f + W_t \leq ty_f \tag{1}$$

A equação (1) implica que o salário por unidade de tempo no país estrangeiro deve ser maior ou igual que o consumo mais o acúmulo de poupança (W_t). Já a restrição orçamentária no segundo período $(1-t)$, isto é, após a migração de retorno, é descrita como:

$$(1-t)c_h \leq [(1-t)\bar{y} - B]_{\{W_t \geq B\}} + [(1-t)y_h]_{\{W_t < B\}} + W_t \tag{2}$$

Conforme a equação (2), se o trabalhador remigra como autônomo (com poupança suficiente para cobrir a garantia dos empréstimos - $W_t \geq B$), o consumo no segundo período não deve superar os rendimentos do empreendimento líquidos da garantia dos empréstimos mais a poupança. Caso o trabalhador retorne como empregado ($W_t < B$), o consumo no segundo período deve ser menor ou igual ao salário somado à poupança.

A maximização da utilidade intertemporal do trabalhador é feita da seguinte forma:

$$\max_{t, c_f, c_h} tu_f(c_f) + (1-t)u_h(c_h) \tag{3}$$

Ou seja, o trabalhador representativo escolhe, simultaneamente, o tempo ótimo de migração t^*, os fluxos de consumo no país estrangeiro e de nascimento e a ocupação após a remigração, dadas às restrições (1) e (2).

Portanto, a solução do programa de otimização dinâmica (1)-(3) é feita por indução retroativa. Inicialmente, a autora considera dada a escolha ocupacional

para analisar os determinantes da duração ótima da migração. Em seguida, faz exercícios de estática comparativa, para avaliar como mudanças nas variáveis exógenas do modelo afetam a decisão de migração de retorno e a escolha ocupacional.

2.1.1 Duração ótima da migração para o remigrado ocupado como assalariado

Primeiro, analisa-se a escolha do trabalhador em relação ao tempo de duração da migração, caso o mesmo tenha optado pelo emprego assalariado no país de nascimento após a remigração. Nesse caso, o programa matemático é resumido a seguir:

$$\max_{t,c_f,c_h} tu_f\left(c_f\right) + (1-t)u_h(c_h) \tag{4}$$

Sujeita a:

$$tc_f + (1-t)c_h \leq ty_f + (1-t)y_h \tag{5}$$

$$0 < t \leq 1 \tag{6}$$

Assim, a duração ótima de migração e os fluxos de consumo no país estrangeiro e no país de origem são determinados pelas condições de primeira ordem[5]. Essas equações explicam porque a migração é temporária, pois os trabalhadores permanecem no país estrangeiro até quando os custos são compensados pelos benefícios da migração. A maior permanência no país estrangeiro é necessária para acumular mais poupança, porém, também aumenta os custos de permanência no exterior[6].

Nesse modelo é possível avaliar os efeitos das variáveis exógenas sobre o tempo de duração ótima da migração. Em particular, uma mudança em cada variável exógena pode ocasionar dois efeitos: (i) o efeito substituição entre o consumo no estrangeiro pelo consumo no país de nascimento, quando a utilidade

[5] Ver Mesnard (2004).
[6] Esses dilemas implicam que o tempo ótimo de duração da migração deve ser uma solução interior. A autora descarta a possibilidade de soluções de fronteira, pois não seriam consistentes com a migração de retorno.

marginal da renda é constante e; (ii) o efeito riqueza, quando a utilidade marginal de renda pode variar.

Dessa forma, no caso de um aumento de salários no país estrangeiro, pode ocasionar, por um lado o efeito substituição, que aumenta o benefício da migração, e, consequentemente, a permanência no país estrangeiro. Contudo, o aumento de salários no país estrangeiro eleva o consumo nesse país, diminuindo a utilidade marginal da riqueza, o que pode compensar o efeito substituição do consumo. Portanto, o efeito líquido é incerto.

Já na hipótese de um aumento de salários no país de origem, nesse caso, pelo efeito substituição, há uma redução dos benefícios da migração, pois a renda maior no país de nascimento favorece o consumo naquele local e, por conseguinte, também diminui a utilidade marginal da renda no país de migração, tendendo um retorno mais rápido para o país de nascimento. O efeito líquido implica uma diminuição do tempo ótimo de migração, ou seja, uma antecipação da migração de retorno.

2.1.2 Duração ótima da migração para o remigrado ocupado como autônomo

No caso de o trabalhador representativo optar pela ocupação autônoma após a remigração, há uma modificação no problema de otimização, ou seja, essa escolha dependerá da acumulação de poupança no estrangeiro. Portanto, o trabalhador deve retornar com um estoque de poupança maior do que a contrapartida exigida para obter empréstimos e, assim, conseguir investir no país de origem. O problema de otimização do trabalhador autônomo é dado pelas seguintes equações:

$$\max_{t,c_f,c_h} tu_f\left(c_f\right) + (1-t)u_h(c_h) \tag{7}$$

Sujeita a:

$$tc_f + W_t \leq ty_f \tag{8}$$

$$(1-t)c_h \leq (1-t)\bar{y} + W_t - B \tag{9}$$

$$W_t > B \tag{10}$$

$$0 < t < 1 \qquad (11)$$

Pelas equações (8) e (10), percebe-se que o trabalhador pode não conseguir acumular poupança se a garantia de empréstimos ou o custo irrecuperável do empreendimento (B) for muito alto no país de nascimento, mesmo que poupe todos os seus rendimentos ao longo de sua vida. Logo, nesse caso, o trabalhador retorna às suas origens obrigatoriamente como um empregado assalariado e os resultados da variação dos salários no país estrangeiro e no país de origem serão os mesmos da escolha profissional do trabalhador assalariado.

Por outro lado, se a garantia exigida (custo irrecuperável do projeto) não for muito alta, Mesnard (2004) mostra que a solução ótima do programa acima pode ser encontrada igualando as restrições orçamentárias (9), (10) e a restrição financeira (11).

A substituição de W_t por B nas restrições orçamentárias (9) e (10) é levada, verifica-se que o consumo no país estrangeiro dependerá do salário líquido das obrigações dos empréstimos, enquanto o consumo no país de nascimento será determinado pela renda da atividade autônoma. Por sua vez, os resultados da maximização do trabalhador autônomo mostram o dilema entre ficar mais um tempo no país estrangeiro ou retornar ao país de origem.

Um aumento dos salários no país estrangeiro produz dois efeitos distintos que afetam de forma incerta o tempo de residência no país estrangeiro. Primeiro, diminui o tempo ideal de migração do trabalhador por ele conseguir acumular mais rápido a contrapartida (efeito substituição). Por outro lado, o trabalhador pode aumentar o consumo durante a migração, reduzindo a intensidade da acumulação de poupança (efeito riqueza).

Já um aumento da renda dos trabalhadores autônomos no país de origem, diminui o tempo de migração, pois o benefício de retornar mais cedo aumenta, induzindo os trabalhadores a retornarem mais cedo ao país de nascimento (efeito substituição). Nesse caso, o efeito riqueza não importa, pois as restrições de acesso ao crédito não permitem que os trabalhadores alterem o perfil de consumo para tentar se beneficiar do potencial aumento de renda após retorno.

Por fim, um aumento da garantia de empréstimos eleva o tempo de duração da migração, pois o trabalhador precisará permanecer mais tempo no país estrangeiro para acumular poupança.

2.1.3 A escolha ocupacional do remigrado

Dada às escolhas ótimas do tempo de migração e do perfil de consumo, a decisão acerca da ocupação envolve a comparação das utilidades indiretas provenientes, respectivamente, das ocupações como empregado assalariado ou autônomo,

Portanto, o trabalhador pode escolher empregar-se como autônomo após o retorno ao seu país de nascimento, caso contrário, escolhe ser empregado assalariado.

Se ocorrer um aumento nos salários no país de origem, por conseguinte, gera-se um efeito positivo apenas na utilidade indireta proveniente do trabalho assalariado. Por outro lado, ocorre um aumento nos rendimentos dos trabalhadores autônomos no país de origem. Logo, uma redução dos salários no país de origem ou um aumento da renda do trabalho autônomo, favorece a escolha pela ocupação autônoma.

Já um aumento nos salários no país estrangeiro, tem um efeito positivo sobre a utilidade indireta do trabalhador assalariado e do trabalhador por conta-própria. Assim, o efeito na escolha profissional é ambíguo. Caso ocorra uma diminuição na garantia exigida pelas instituições financeiras, é mais provável que o trabalhador opte pela ocupação autônoma.

Além disso, se as restrições de créditos são muito altas, o tempo de duração da migração do trabalhador autônomo é maior do que o tempo de duração da migração do assalariado. No entanto, o consumo do trabalhador assalariado é maior que o consumo do trabalhador autônomo no país estrangeiro, implicando que o trabalhador autônomo deve sacrificar seu consumo afim de conseguir acumular poupança para investir no país de origem.

Portanto, o modelo apresentado mostra que variações de salários no país estrangeiro e de origem do migrante geram efeitos assimétricos sobre a duração ótima da migração e a escolha ocupacional. Em geral, aumentos nos salários e/ou rendimentos do trabalho autônomo no país de nascimento tende a antecipar a volta

dos migrantes, enquanto, a redução dos salários (aumento da renda autônoma) no país de origem e/ou a redução das garantias de crédito, favorecem a escolha ocupacional pelo trabalho por conta-própria.

2.2 Revisão da literatura empírica

No tocante à relação entre migração de retorno e escolha ocupacional do trabalhador na região de origem, é possível elencar algumas evidências empíricas importantes, sobretudo, na literatura internacional.

Mesnard (2004), por exemplo, encontrou evidências que os migrantes retornados à Tunísia e empregados como autônomos permaneceram mais tempo no exterior, onde acumularam mais poupança que os remigrados que se achavam empregados em outras ocupações. Além disso, também mostrou que a restrição ao crédito afeta a escolha ocupacional dos trabalhadores. Já Piracha e Vadean (2009), investigaram a escolha profissional dos repatriados e não migrantes no mercado de trabalho na Albânia, levando em conta o viés de seleção na amostra de trabalhadores. Os resultados indicaram que os ocupados por conta-própria possuem características semelhantes aos inativos no mercado de trabalho, ou seja, possuem menor nível de escolaridade. Por outro lado, mostraram que o empreendedorismo do migrante está positivamente relacionado ao nível de escolaridade, competências e acumulação de poupança adquiridos durante a migração. Os resultados, obtidos por exercícios contrafactuais, mostraram que a experiência de migração afeta positivamente a probabilidade de o migrante trabalhar como autônomo ou empreendedor.

Shima (2011) analisou a dinâmica de emprego dos repatriados romenos e búlgaros. A partir da perspectiva de emprego e do enquadramento ocupacional, procurou capturar a experiência adquirida no estrangeiro sobre a melhora no mercado de trabalho do país de origem. Suas evidências mostraram que a valorização da experiência profissional e competências adquiridas no estrangeiro no mercado de trabalho local dependem fortemente da composição de habilidades dos migrantes retornados, do tipo de seletividade e da intenção de retornar definitivamente. Entretanto, conclui que o mercado de trabalho no país de origem, tanto para os romenos quanto para os búlgaros, não é capaz de recompensar os prêmios salariais e as habilidades adquiridas no exterior.

Na literatura brasileira há ainda pouquíssimos estudos que investigam especificamente a migração interestadual de retorno com a reinserção produtiva dos migrantes de retorno. No estudo de Ramalho e Silveira Neto (2009) analisou a inserção produtiva dos migrantes interestaduais de retorno nos diferentes segmentos do mercado de trabalho, considerando: (i) os atributos socioeconômicos que determinam as chances de emprego em diferentes categorias dos setores formal e informal no Brasil, e (ii) o impacto da condição do migrante retornado sobre a chance de ocupação no mercado de trabalho local entre diferentes categorias dos segmentos formais e informais. Os referidos autores mostraram que a migração de retorno afeta positivamente a probabilidade de emprego autônomo e diminui as probabilidades de o remigrado empregar-se no mercado de trabalho formal. Siqueira (2006), em sua pesquisa baseada nos dados do Censo de 2000, evidencia que os migrantes que retornam têm uma maior probabilidade de se encontrarem desempregados, empregados sem registro ou aposentados após retornarem à região de nascimento. No entanto, é somente nesta última situação que se sugere o planejamento do ciclo de vida como causa do retorno à região de origem. Já em Silva (2015), em um estudo realizado para a Região Nordeste do Brasil, foi constatado que homens migrantes que retornam têm uma participação significativa no mercado de trabalho como trabalhadores autônomos. Por outro lado, mulheres migrantes que retornam têm uma probabilidade maior de trabalhar informalmente, sem registro em carteira.

3. Estratégia empírica

3.1 Modelo de determinação de escolha ocupacional dos migrantes de retorno

Geralmente, as pessoas que deixam seu lugar de origem à procura de melhores condições de vida buscam principalmente, maiores retornos salariais e/ou acumular poupança para retornar às origens e investir em algum negócio ou simplesmente para o consumo após o retorno (Dustmann e Kirchkamp, 2001). Porém, além disso, o mercado de trabalho no local de destino acaba por proporcionar habilidades e competências que os trabalhadores não poderiam conseguir no local de origem. Por outro lado, o trabalhador pode não tem acesso ao mercado de crédito na região de nascimento, e remigrar como forma de viabilizar o investimento no trabalho autônomo (Mesnard, 2004).

Nessa seção, adota-se o modelo empírico usado por Mesnard (2004) em estudo para a migração de retorno na Turquia. O intuito aqui é buscar evidências acerca dos determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno no Brasil, assim como testar se a opção pelo emprego autônomo é diretamente correlacionada com a acumulação de riqueza. Assim, considere um modelo *probit*:

$$Y^* = X_1\beta + Z_1\gamma + u_i \therefore \begin{cases} Y = 1 \Leftrightarrow Y^* > 0 \\ Y = 0 \Leftrightarrow Y^* \leq 0 \end{cases} \quad (12)$$

Onde: Y^* é uma variável latente (contínua) que mede o benefício subjetivo gerado pela utilidade indireta em optar pelo emprego autônomo/empreendedor em oposição à opção pela ocupação assalariada; Y é uma variável binária que recebe valor de 1 se o trabalhador é autônomo ou empreendedor e recebe valor 0 quando o trabalhador é assalariado; X_1 é um vetor de variáveis de características pessoais e socioeconômicas, como por exemplo, sexo, escolaridade, raça, etc.; Z_1 é uma variável que mede a quantidade de poupança (riqueza) acumulada na região de destino; β e γ são vetores de parâmetros estruturais na equação; e u_i é um termo de erro aleatório normalmente distribuído e com variância constante, ou seja, representa as características não observadas dos migrantes de retorno.

Assume-se que as características socioeconômicas e a riqueza acumulada na região de destino são variáveis observadas que determinam as escolhas profissionais dos indivíduos. Assim, as características dos trabalhadores são dadas, ou seja, exógenas. Porém, a riqueza acumulada também é influenciada pelos atributos dos trabalhadores e pela decisão de escolha ocupacional, o que torna a primeira variável endógena. Além disso, a presença de endogeneidade também pode ser ocasionada pela riqueza possivelmente adquirida após o retorno à região de origem. Portanto, a estimativa da equação acima por um *probit* padrão pode resultar em parâmetros tendenciosos e inconsistentes (Wooldrigde, 2003).

Para contornar o problema de endogeneidade, foi adotado o modelo *probit* com regressor endógeno, utilizado quando há suspeita que um ou mais regressores estão correlacionados com o termo de erro. Formalmente, o modelo estrutural é composto pela equação (19) e pela equação descrita abaixo:

$$Z_i = X_1\theta_1 + X_2\theta_2 + v_i \quad (13)$$

Onde: Z_i é uma variável endógena contínua; X_1 é um vetor de variáveis exógenas; X_2 é um vetor de instrumentos adicionais; e $\theta_1 \, e \, \theta_2$ são vetores de parâmetros.

Pressupõe-se que os termos de erros das equações (12) e (13) (u_i, v_i) têm distribuição normal bivariada com média zero. Dada à endogeneidade de Z_1, os referidos termos de erro também são correlacionados entre si a partir do coeficiente de correlação linear $\rho \equiv cor(u_i, v_i)$. A condição para identificar os parâmetros estruturais exige que os instrumentos sejam pelos menos da mesma quantidade de regressores endógenos (Wooldrigde, 2003).

O modelo *probit* com regressor endógeno (12)-(13) pode ser estimado por Máxima Verossimilhança ou pelo método de dois estágios, abordagem desenvolvida por Rivers e Vuong (1988), apud Mesnard (2004). O método de dois estágios apresenta a vantagem de ser computacionalmente menos custoso, contudo, os dois métodos produzem coeficientes com os mesmos sinais, entretanto, não necessariamente com a mesma magnitude[7].

Para testar a validade do modelo *probit* com regressor endógeno por Máxima Verossimilhança frente a um *probit* padrão, isto é, testar se os termos de erro de (12) e (23) são efetivamente correlacionados, utiliza-se o teste de Wald. Este teste tem por hipótese nula, a ausência de correlação linear entre os termos de erros e a hipótese alternativa é o caso contrário. Se a estatística do teste não for significativa, ou seja, abaixo de 5%, não se aceita a hipótese nula, significando a presença de correlação entre os termos de erros (Wooldrigde, 2003)[8].

4. Base de dados e tratamentos

A análise da estratégia empírica é realizada a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Baeninger (2015) observou que, a partir do século XXI, houve uma reconfiguração nos fluxos migratórios, caracterizada pelo crescimento dos estados de origem da migração e pela

[7] Os resultados das estimativas de dois estágios produzem parâmetros divididos pela raiz quadrada da variância, ou seja, β/σ e γ/σ, em vez de β e γ, como é produzido pelo estimador de máxima verossimilhança. Isso dificulta o cálculo dos efeitos marginais (Wooldrigde, 2003).

[8] O teste de Wald referente ao método de estimação do *probit* com regressor endógeno em dois estágios testa a exogeneidade da validade das variáveis instrumentadas.

diminuição dos estados receptores, pelo aumento da migração de retorno e pela intensificação da rotatividade migratória. Já Cunha (2006) analisou a dinâmica migratória brasileira nos primeiros anos do século XXI e constatou que aproximadamente 30% dos fluxos migratórios ocorridos no país entre 1999 e 2004 foram de retorno, com uma proporção ainda maior de 51% na região Nordeste.

Para esta análise, foi utilizado apenas o migrante interestadual de retorno, ou seja, aquele indivíduo que morava na unidade de federação de nascimento no dia da pesquisa de 2009, mas declarou que residiu em outra unidade federativa brasileira. Para tanto, essa identificação foi obtida através informações sobre o estado de nascimento, estado de residência, estado de residência anterior.

Na seleção da amostra foram excluídos os indivíduos menores de 18 anos e maiores de 70 anos na data da remigração (descontado da idade o tempo de residência no local de nascimento depois do retorno), com intuito de retirar da amostra as crianças, adolescentes e os idosos, que possivelmente migram por outras razões que não seja de ordem econômica. Portanto, selecionando somente os indivíduos que fazem parte da população economicamente ativa (Fiess e Verner, 2003; Santos Júnior *et al*., 2005)[9].

As diversas características socioeconômicas dos trabalhadores foram retiradas dos questionários da PNAD de 2009, como: sexo, raça, idade, faixa de educação, estado civil, filhos menores de 14 anos, total de moradores no domicílio, riqueza, região e posição de ocupação. A variável riqueza foi construída como um número índice ordenado para as posses de imóvel, automóvel e/ou motocicleta[10].

Cabe ressaltar que a seleção das variáveis instrumentais utilizadas nas regressões foi baseada nas sugestões presentes na literatura empírica (Mesnard, 2004). Em particular, utilizou-se como instrumento para o estoque de riqueza uma variável binária que recebeu o valor 1 caso o trabalhador tenha remigrado entre 2000 e 2009 e 0, se remigrou antes do ano 2000[11], logo que a década de 2000 se caracteriza com o crescimento econômico brasileiro bastante distinto das décadas

[9] Também foram retirados da amostra os militares, que geralmente migram a serviço e os trabalhadores que auferem salários maiores de R$ 25.000 (*outliers*).

[10] Onde a posse sobre nada tem peso 0, a posse de motocicleta tem peso 1, de automóvel tem peso 2, de automóvel e motocicleta tem peso 3, de imóvel tem peso 4, de imóvel e motocicleta tem peso 5, de imóvel e automóvel tem peso 6 e a posse de imóvel, automóvel e motocicleta tem peso 7.

[11] Para os indivíduos que retornaram às origens entre 2000 e 2009, a idade foi descontada do tempo de residência, já para os indivíduos que retornaram antes do ano de 2000, a idade foi descontada também pelo tempo de residência e mais 10 anos.

anteriores. Nas décadas anteriores a de 2000, todo esforço político era direcionado para a estabilização da economia, que foi alcançada em 1994, e por outro lado, também era marcada pelo nível de desemprego elevado (Queiroz e Targino, 2007). Pois, segundo estudo recente de Silveira Neto e Azzoni (2011), a década mais recente houve uma redução mais intensa de desigualdade de renda per capita entre as regiões, aumento expressivo do salário mínimo e maior número de transferências de renda pelas políticas governamentais, tais como Bolsa-Família etc, em comparação com as décadas anteriores. Além disso, de acordo com Lavinas e Ferraz (2010), por causa do crescimento sustentado que se passava no país na década de 2000, também aumentou, consideravelmente, o volume de oferta de créditos e financiamentos para as famílias.

Portanto, a década mais recente utilizada nesse trabalho pode ter favorecido o retorno de muitas pessoas e a acumulação de riqueza. Desse modo, o período de migração de retorno possivelmente está relacionado à duração da migração, à acumulação de riqueza e ao consumo. Entretanto, não há razões suficientes para estar relacionado à escolha ocupacional. Mas ainda assim, por exemplo, a maior oferta de emprego na economia pode ou não estar relacionado à escolha ocupacional[12].

A idade ao quadrado também foi usada como instrumental para o estoque de riqueza ao quadrado, na tentativa de capturar algum efeito não linear da riqueza sobre a escolha ocupacional. Conforme Mesnard (2004), a idade ao quadrado está muito relacionada ao ciclo de vida dos indivíduos, pois os trabalhadores são relativamente mais produtivos na juventude do que na idade avançada[13].

Ademais, é importante ressaltar que a amostra selecionada da PNAD foi expandida, ou seja, os resultados podem ser expandidos para a população. O desenho amostral da PNAD também foi considerado, garantindo a representatividade, como estratificação por região geográfica e tamanho do município, seleção sistemática de domicílios dentro desses estratos, e aplicação de pesos amostrais para compensar desvios potenciais entre a amostra e a população real.

[12] Há uma dificuldade de saber até que ponto o período de migração de retorno pode estar relacionado à escolha ocupacional.
[13] As tabelas com as descrições das variáveis utilizadas nas regressões estão no apêndice, nas tabelas A1 e A2.

5. Resultados

Essa seção apresenta os resultados empíricos do modelo de determinação da escolha ocupacional dos migrantes interestaduais de retorno. Os resultados apresentados são os coeficientes e os efeitos marginais gerados nas regressões de acordo com o modelo apresentado anteriormente. Conforme Greene (2017), os coeficientes do modelo *probit* representam a mudança na probabilidade de um evento ocorrer para uma unidade de mudança na variável independente, mantendo todas as outras variáveis constantes. Por sua vez, de acordo com Maddala (1986), o efeito marginal é uma medida que indica a mudança na probabilidade de um evento ocorrer quando uma variável independente muda.

A Tabela 1 exibe a estatística descritiva das variáveis utilizadas nas regressões a seguir. Essas variáveis são as características socioeconômicas dos migrantes de retorno no período antes do ano 2000 e no período entre os anos 2000 e 2009. Nessa tabela, é possível observar que, em média, 38,50% e 28,85% dos remigrantes de retorno são autônomos no período anterior dos anos 2000 e no período entre os anos de 2000 e 2009, respectivamente. As características observadas mostram que, em média, os migrantes de retorno são do sexo masculino, de cor não branca, com idade média de 36 anos no primeiro período e 32 anos no segundo período.

Em referência à escolaridade, os migrantes retornados aparentam bastante heterogêneos no primeiro período analisado, 23,41% possuindo de 1 a 4 anos de estudos, 23,60% possuindo 5 a 8 anos de estudos e 26,66% possuindo 9 a 11 anos de estudos. Já no segundo período analisado, os migrantes de retorno apresentam entre os mais escolarizados, em média, com 23,77% que possuem 5 a 8 anos de estudos, 33,01% que possuem 9 a 11 anos de estudos e 21,58% que possuem mais de 12 anos de estudos. Dessa forma, percebe-se que o grau de escolarização do migrante de retorno aumentou de uma década para outra.

Ainda de acordo com a Tabela 1, os migrantes de retorno residem com uma média de 3 pessoas, e, na sua maioria, com filhos maiores de 14 anos de idade nos dois períodos analisados. Por sua vez, os migrantes de retorno são em sua maioria nordestinos, comparados com as demais regiões brasileiras, em ambos os períodos analisados. Por fim, o nível de riqueza e riqueza ao quadrado dos migrantes de retorno é aparentemente alto, porém, os migrantes de retorno do período mais

recente analisado possuem um nível de riqueza menor que o período anterior analisado.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis utilizadas nas regressões

	Remigrou antes de 2000		**Remigrou entre 2000-2009**		**Total**	
Variáveis	**Média**	**Desvio Padrão**	**Média**	**Desvio-Padrão**	**Média**	**Desvio Padrão**
Autônomo/empregador	0,3850	0,4866	0,2885	0,4532	0,3574	0,4793
Homem	0,6094	0,4879	0,6197	0,4856	0,6124	0,4872
Branca	0,4743	0,4994	0,4696	0,4992	0,4730	0,4993
Idade	36,8145	10,4801	32,2260	10,1184	35,5031	10,5823
1 a 4 anos de estudos	0,2341	0,4235	0,1608	0,3674	0,2131	0,4095
5 a 8 anos de estudos	0,2360	0,4247	0,2377	0,4258	0,2365	0,4250
9 a 11 anos de estudos	0,2666	0,4422	0,3301	0,4704	0,2847	0,4513
12 anos ou mais de estudos	0,1749	0,3799	0,2158	0,4115	0,1866	0,3896
Total de moradores	3,5723	1,5971	3,4733	1,7992	3,5440	1,6578
Casado	0,7659	0,4235	0,7057	0,4559	0,7487	0,4338
Filhos menores de 14 anos	0,3632	0,4810	0,4637	0,4988	0,3919	0,4882
Região Norte	0,0639	0,2446	0,0876	0,2828	0,0707	0,2563
Região Nordeste	0,3422	0,4745	0,3654	0,4817	0,3489	0,4766
Região Sul	0,2041	0,4031	0,2206	0,4148	0,2089	0,4065
Região Centro-Oeste	0,1026	0,3035	0,1122	0,3157	0,1053	0,3070
Riqueza	4,4555	2,4541	3,4920	2,4302	4,1802	2,4855
Riqueza ao quadrado	25,8732	18,8334	18,0967	18,1613	23,6507	18,9707
Número de observações	**4.678**		**1.872**		**6.550**	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.
Nota: resultados expandidos para a população.

A Tabela 2 abaixo mostra os resultados dos coeficientes e efeitos marginais gerados pela estimativa de um *probit* padrão, ignorando a presença de endogeneidade (coluna (1)), pela estimativa de *probit* com a presença de variáveis instrumentais (VI), conforme o método de Máxima Verossimilhança (coluna (2)). Na última equação, o regressor endógeno representa o estoque de riqueza (índice ordenado de posse de imóvel e veículos), o qual foi instrumentalizado pela variável identificadora do período de remigração, ou seja, uma variável binária que recebe valor 1 se o trabalhador remigrou para seu estado de nascimento na década de

2000, e recebe valor 0 se o trabalhador remigrou nas décadas anteriores, conforme explicado na seção anterior.

Tabela 2: Brasil - Determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno – regressões probit

	(1)		(2)		
	Probit padrão		**Probit IV-MV**		
	Ocupação		**Ocupação**		**Riqueza**
	Coeficiente	**Efeito Marginal**	**Coeficiente**	**Efeito marginal**	**Coeficiente**
Riqueza	0,0246***	0,0086***	0,1935***	0,0641***	
	(0,0069)	(0,0024)	(0,0365)	(0,0108)	
Homem	0,2366***	0,0828***	0,2301***	0,0762***	-0,0512
	(0,0350)	(0,0121)	(0,0342)	(0,0116)	(0,0631)
Branca	0,1055***	0,0369***	0,0771**	0,0255**	0,1090*
	(0,0355)	(0,0124)	(0,0355)	(0,0119)	(0,0653)
Idade	0,0244***	0,0085***	0,0156***	0,0052***	0,0334***
	(0,0017)	(0,0006)	(0,0030)	(0,0011)	(0,0031)
1 a 4 anos de estudos	-0,0287	-0,0104	-0,0459	-0,0156	0,1300
	(0,0663)	(0,0241)	(0,0632)	(0,0215)	(0,1095)
5 a 8 anos de estudos	0,0152	0,0055	0,0167	0,0057	0,0271
	(0,0665)	(0,0242)	(0,0634)	(0,0216)	(0,1109)
9 a 11 anos de estudos	-0,1338**	-0,0477**	-0,1522**	-0,0512**	0,2358**
	(0,0660)	(0,0238)	(0,0627)	(0,0213)	(0,1118)
12 anos ou mais de estudos	-0,3306***	-0,1135***	-0,4289***	-0,1385***	0,8278***
	(0,0710)	(0,0249)	(0,0695)	(0,0223)	(0,1223)
Total de moradores	-0,0186*	-0,0065*	-0,0356***	-0,0118***	0,1014***
	(0,0111)	(0,0039)	(0,0113)	(0,0037)	(0,0194)
Casado	0,0426	0,0149	-0,0445	-0,0147	0,4215***
	(0,0421)	(0,0147)	(0,0445)	(0,0146)	(0,0742)
Filhos menores de 14 anos	0,0216	0,0076	0,0569	0,0188	-0,1633**
	(0,0395)	(0,0138)	(0,0388)	(0,0128)	(0,0722)
Região Norte	0,1631**	0,0561**	0,1585**	0,0519**	0,0179
	(0,0708)	(0,0248)	(0,0696)	(0,0231)	(0,1250)
Região Nordeste	0,3163***	0,1117***	0,2869***	0,0953***	0,0608
	(0,0429)	(0,0149)	(0,0431)	(0,0149)	(0,0766)
Região Sul	0,0097	0,0032	-0,0068	-0,0022	0,1327
	(0,0494)	(0,0165)	(0,0479)	(0,0153)	(0,0917)
Região Centro-Oeste	0,1676***	0,0577***	0,2138***	0,0705***	-0,3223***
	(0,0601)	(0,0209)	(0,0588)	(0,0194)	(0,1125)
Período					-0,7980***
					(0,0677)
Intercepto	-1,5659***		-1,7617***		2,3212***
	(0,1087)		(0,1041)		(0,1911)
ρ			-0,4170***		
			(0,0905)		
Teste de Wald			16,43***		
$Prob > \chi^2$			0,0001		
Número de observações	6.550		6.550		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Notas: resultados expandidos para a população. Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses para a estimativa do probit padrão e do probit com variáveis instrumentais por máxima verossimilhança. ***Estatisticamente significante a 1%. ** Estatisticamente significante a 5%.
* Estatisticamente significante a 10%.

Como pode-se observar, os coeficientes, em geral, mostram ser estatisticamente significativos e seus sinais apresentam-se de acordo com a teoria. Por exemplo, em todas as regressões, a riqueza acumulada impacta positivamente na probabilidade de o indivíduo ocupar-se como autônomo ou como empreendedor, ou seja, o acúmulo de riqueza ao longo da vida é um dos determinantes para o migrante de retorno tornar-se empreendedor. Além do mais, após a correção do viés de endogeneidade, o impacto da riqueza é ainda mais forte na escolha de ocupação por conta-própria, com 0,8 p.p. dado pelo resultado da estimação do probit padrão contra 6,4 p.p. obtido pela estimação do probit por MV. Note-se ainda que, na estimativa por MV (coluna (2)), o coeficiente de correlação dos termos não observados das equações de seleção ocupacional (19) e acumulação de riqueza (20) foi estatisticamente significante pelo teste de Wald, indicando a adequação do modelo com variável endógena.

Os resultados também apontam que o trabalhador do sexo masculino, declarado de raça branca e com mais idade, tem mais probabilidade de se empregar em seu próprio negócio ou como empreendedor do que os trabalhadores que possuem características opostas. Em relação à educação, algumas categorias de escolaridade não foram significantes, porém, os indivíduos que possuem de 9 a 11 anos de estudos e com 12 anos ou mais de estudos possuem chances de 5,1 p.p. e 13,8 p.p. menores de retornar ao mercado de trabalho como autônomo, respectivamente, em comparação aos que possuem menos de 1 ano de estudo. O que pode significar que os migrantes de retorno com menos escolaridade são mais difíceis de conseguir encontrar oportunidades de emprego no mercado de trabalho e, assim, procuram empreender ou trabalhar de forma autônoma. Esses achados corroboram com o estudo de Mesnard (2004) para os migrantes de retorno da Tunísia, que também apresenta sinal negativo quando o indivíduo tem alto nível de instrução, indicando que os trabalhadores diplomados possuem mais oportunidades de emprego no mercado de trabalho local e, dessa forma, em média, não procuram abrir um próprio negócio.

No tocante à estrutura familiar, o total de moradores impacta negativamente na probabilidade dos migrantes de retorno ocuparem-se como autônomos. Entretanto, as variáveis que representam se o indivíduo vive com o cônjuge ou não e a presença de filhos menores de 14 anos, apresentaram-se estatisticamente insignificantes. Com relação à localização do trabalhador, os migrantes retornados que moram nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, comparados com os migrantes de retorno do Sudeste, apresentam maiores probabilidades de se empregarem por conta-própria, respectivamente. Tais resultados apontam que, nas regiões mais pobres do Brasil, são mais difíceis para os migrantes retornados se recolocarem no mercado de trabalho local.

Os resultados dos coeficientes que determinam a acumulação de riqueza na coluna (2), ainda da Tabela 2, mostram que os trabalhadores declarados de raça branca, mais velhos, com 9 anos ou mais de estudos, que vivem com o cônjuge, não possuem filhos menores de 14 anos de idade, que possuem maior número de moradores no domicílio e que retornaram ao estado de nascimento antes do ano de 2000, são os que mais acumularam riqueza quando comparados com os trabalhadores que possuem características adversas. Porém, os migrantes de retorno da Região Centro-Oeste são os que acumulam menos riqueza do que os da Região Sudeste, a variável omitida.

Entretanto, essas análises de determinação da escolha ocupacional do migrante de retorno podem ainda não capturar o efeito do ciclo de vida do trabalhador para acumulação de riqueza. Por causa disso, também foram realizadas as estimações com a variável endógena riqueza ao quadrado e instrumentalizada pela a idade ao quadrado e a *dummy* de período de migração, que recebe valor de 1 se o trabalhador retornou ao seu estado de origem na década de 2000 e 0 caso contrário. Desse modo, a Tabela 3 mostra os parâmetros e os efeitos marginais gerados pelo *probit* padrão (coluna (1)) e também realizado por Máxima Verossimilhança (coluna (2)) para a determinação da escolha ocupacional do migrante de retorno.

Tabela 3 – Brasil - Determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno – regressões probit – modelo com ciclo de vida

	(1) **Probit padrão**	(2) **Probit IV-MV**

	Ocupação		Ocupação		Riqueza
	Coeficiente	**Efeito Marginal**	**Coeficiente**	**Efeito Marginal**	**Coeficiente**
Riqueza ao quadrado	0,0040***	0,0014***	0,0235***	0,0078***	
	(0,0009)	(0,0003)	(0,0047)	(0,0014)	
Homem	0,2360***	0,0825***	0,2269***	0,0753***	-0,0339
	(0,0350)	(0,0121)	(0,0345)	(0,0118)	(0,4745)
Branca	0,1028***	0,0360***	0,0690*	0,0229*	1,3523
	(0,0355)	(0,0124)	(0,0362)	(0,0121)	(0,4881)
Idade	0,0242***	0,0085***	0,0166***	0,0055***	0,4721***
	(0,0017)	(0,0006)	(0,0028)	(0,0010)	(0,1284)
1 a 4 anos de estudos	-0,0329	-0,0119	-0,0642	-0,0221	1,7885*
	(0,0664)	(0,0241)	(0,0643)	(0,0221)	(0,9351)
5 a 8 anos de estudos	0,0100	0,0036	-0,0137	-0,0047	1,4541
	(0,0665)	(0,0242)	(0,0645)	(0,0222)	(0,9328)
9 a 11 anos de estudos	-0,1430**	-0,0511**	-0,1984***	-0,0671***	3,7431***
	(0,0661)	(0,0239)	(0,0645)	(0,0219)	(0,9228)
12 anos ou mais de estudos	-0,3481***	-0,1194***	-0,4988***	-0,1608***	9,4324***
	(0,0713)	(0,0250)	(0,0758)	(0,0236)	(0,9819)
Total de moradores	-0,0196*	-0,0069*	-0,0366***	-0,0121***	0,8526***
	(0,0111)	(0,0039)	(0,0116)	(0,0038)	(0,1512)
Casado	0,0355	0,0124	-0,0608	-0,0202	4,2063***
	(0,0423)	(0,0148)	(0,0470)	(0,0154)	(0,5724)
Filhos menores de 14 anos	0,0241	0,0084	0,0629	0,0209	-1,5630***
	(0,0396)	(0,0138)	(0,0395)	(0,0130)	(0,5377)
Região Norte	0,1665**	0,0573**	0,1747**	0,0572**	-0,3580
	(0,0709)	(0,0248)	(0,0700)	(0,0233)	(0,9607)
Região Nordeste	0,3203***	0,1131***	0,3142***	0,1048***	-0,3566
	(0,0430)	(0,0149)	(0,0421)	(0,0144)	(0,5881)
Região Sul	0,0077	0,0025	-0,0147	-0,0047	1,4242**
	(0,0495)	(0,0164)	(0,0486)	(0,0154)	(0,6663)
Região Centro-Oeste	0,1686***	0,0580***	0,2043***	0,0672***	-2,0962***
	(0,0601)	(0,0209)	(0,0589)	(0,0195)	(0,8172)
Idade ao quadrado					-0,0028*
					(0,0017)
Período					-6,5042***
					(0,5086)
Intercepto	-1,5336***		-1,5035***		2,9594
	(0,1079)		(0,1109)		(2,6044)
ρ			-0,3637		
			(0,0880)		
Teste de Wald			14,13***		
$Prob > \chi^2$			0,0002		
Número de observações			6.550		

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.
Notas: resultados expandidos para a população. Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses para a estimativa do *probit* padrão e do *probit* com variáveis instrumentais por máxima verossimilhança. ***Estatisticamente significante a 1%. **Estatisticamente significante a 5%. *Estatisticamente significante a 10%.

De acordo com a Tabela 3, pode-se observar que a riqueza acumulada ao quadrado também impacta positivamente na escolha de ocupação por conta-própria. Porém, esse impacto é mais forte quando o viés de endogeneidade é corrigido, com magnitude de 7,8 p.p. contra de 0,1 p.p., quando o viés não é corrigido. O teste de Wald também se mostrou estatisticamente significativo,

afirmando a presença de endogeneidade na variável poupança na determinação da escolha de ocupação do migrante retornado. Percebe-se também na diferença dos valores dos coeficientes realizados pelo *probit* padrão e pelo *probit* com variável instrumental por máxima verossimilhança, indicando a presença do viés nos parâmetros do primeiro método.

Os resultados mostram que os trabalhadores homens, declarados de raça branca, mais velhos e com menos moradores no domicílio são os mais prováveis a se empregarem como autônomos ou como empreendedores, em comparação aos migrantes retornados com características contrárias. Já em relação à escolaridade, os indivíduos com nove anos de estudos ou mais são menos propensos a se empregarem por conta própria ou como empreendedores comparados com menos de um ano de estudo. Enquanto os trabalhadores que possuem de 9 a 11 anos de estudos diminuem a probabilidade de 6,7 pontos percentuais de se ocuparem por conta própria, os trabalhadores que possuem 12 anos de estudos ou mais diminuem a probabilidade de 16,1 p.p. Da mesma forma que a análise da tabela anterior, os migrantes de retorno com menor escolaridade possuem mais dificuldades de serem inseridos como assalariados no mercado de trabalho no local de nascimento, e, por conta disso, procuram abrir um negócio, corroborando com os achados de Mesnard (2004).

Quanto à sua localização, os migrantes de retorno da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm mais probabilidade de se empregarem como autônomos/empreendedores em relação aos migrantes retornados da Região Sudeste. Também é uma outra forma de observar que nessas regiões, que são regiões menos desenvolvidas do Brasil, os migrantes de retorno podem encontrar mais dificuldades de encontrar emprego e, por isso, resolvem trabalhar como autônomos ou como empreendedores.

Já os resultados sobre a determinação da acumulação de riqueza não linear mostram que os mais jovens são os mais que acumulam riqueza, conforme a idade ao quadrado que indica o ciclo de vida do trabalhador. Embora, em relação à idade dos trabalhadores, aqueles com mais idade obtêm maiores acúmulos de riqueza. Em relação à escolaridade, quanto maior o grau de instrução, maior é a acumulação de riqueza dos migrantes de retorno.

O coeficiente da variável total de moradores indica que quanto maior o número de moradores mais se acumula riqueza. Da mesma forma, o indivíduo que

vive com o cônjuge, possui mais chances de acumular riqueza do que o indivíduo que não vive com o cônjuge. Tais informações sugerem que com mais moradores, tem mais chances desses moradores que residem com os migrantes de retorno também possuírem algum tipo de emprego e receberem algum tipo de renda que ajuda no acúmulo da riqueza ao longo da vida dos migrantes retornados. Porém, os trabalhadores que possuem filhos menores de 14 anos acumulam menos riqueza do que os trabalhadores que não os possuem, já que os indivíduos nessa idade não possuem nenhum tipo de emprego e/ou renda que possam ajudar os migrantes de retorno a acumular mais riqueza. Os migrantes de retorno residentes na Região Sul acumulam mais riqueza e os da Região Centro-Oeste acumulam menos riqueza em comparação aos remigrados da Região Sudeste, a variável omitida. Por fim, o coeficiente referente ao período de remigração à região de origem indica que os migrantes que retornaram à sua terra natal antes do ano de 2000 são os que mais acumularam riqueza, comparados com os da década de 2000.

6. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar os determinantes da escolha ocupacional dos migrantes interestadual de retorno. E, dentre eles, mostrar como a acumulação de capital físico impacta nessa escolha de ocupação após o retorno à região de origem. Embora estudos sobre a temática sobre a migração de retorno já tenham sido bastante explorado nas duas últimas décadas, estudos sobre a migração de retorno relacionado especificamente à escolha ocupacional no local de origem são ainda muito escassos, reforçando a importância de explorar essa lacuna, e, por isso, a relevância desse trabalho, principalmente porque foi analisado no período em que a migração de retorno ganhou destaque nos fluxos migratórios no Brasil.

No geral, as evidências sobre o modelo de determinação de escolha ocupacional dos migrantes interestaduais de retorno mostram que o acúmulo de riqueza afeta positivamente a escolha por ser autônomo ou empreendedor. Além disso, o impacto desse acúmulo de riqueza é mais intenso quando há a correção de viés de endogeneidade. No tocante às características dos migrantes de retorno, os trabalhadores mais propensos a se ocuparem como autônomo ou empreendedor são: os homens, declarados de raça branca, com mais idade, com baixa

escolaridade, com menos moradores no seu domicílio, e que residam nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (em comparação com os da Região Sudeste).

Referente à acumulação de riqueza, os resultados apontam que os trabalhadores de raça branca, com mais idade, com nove anos ou mais de estudos (comparados com menos de um ano de estudo), que moram nas regiões Sudeste (em comparação com os moradores das demais regiões) e que retornaram antes da década de 2000, são os mais que acumularam riqueza.

Propõe-se para pesquisas futuras a avaliação do impacto da migração de retorno tanto para migrantes com baixo nível de instrução quanto para aqueles altamente instruídos, e por setor de trabalho. Além disso, sugere-se a análise não apenas da disparidade salarial entre gêneros, mas também entre raças. Também seria relevante investigar como as regiões que recebem um grande número desses migrantes de retorno lidam com a desigualdade de renda. Ademais, sugere-se também as consequências da pandemia do Covid-19 na migração de retorno e na escolha ocupacional do remigrados nos últimos anos.

Referências

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI. *Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, v. 4, n. 7, p. 9-22, 2015.

BEINE, M.; DOCQUIER, F.; RAPOPORT, H. *Brain drain and human capital formation in developing countries: winners and losers.* UCL Discussion Paper 2006-23. Louvain-la-Neuve: Institut de Recherches Économiques et Sociales, Université Catholique de Louvain, 2006.

COHEN, Y.; HABERFELD, Y. Self-selection and Return Migration: Israeli-Born Jews Returning Home from the United States during the 1980s. *Population Studies*, v. 55, n. 1, p. 79-91, 2001.

CONSTANT, A.; MASSEY, D. S. Return Migration y German Guestworkers: Neoclassical versus New Economics Theories. *International Migration*, v. 40, n. 4, p. 5-38, 2002.

CUNHA, J. M. P. A migração no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. *Parcerias Estratégicas*, v. 22, p. 381-439, 2006.

DA VANZO, J. Repeat Migration in the United States: Who Moves Back and Who Moves On? *The Review of Economics and Statistics*, v. 65, n. 4, p. 552-559, 1983.

DUSTMANN, C. Return Migration: The European Experience. *Economic Policy*, v. 22, p. 213-250, 1996.

DUSTMANN, C. *Return Migration, Investment in Children, and Intergenerational Mobility: Comparing Sons of Foreign and Native Born Fathers*. IZA Discussion Papers 3080, Institute for the Study of Labor (IZA), 2007.

DUSTMANN, C.; KIRCHKAMP, O. The Optimal Migration Duration and Activity Choice after Re-Migration. *Journal of Development Economics***,** v. 67, p. 351-372, 2001.

FIESS, N. M.; VERNER, D. Migration and human capital in Brazil during 1990s. *World Bank Policy Research Working Paper*, v. 3093, p. 1-39, 2003.

GREENE, William H. *Econometric Analysis*. Nova York: Pearson, 2017.

IARA, A. *Skill Diffusion by Temporary Migration? Returns to Western European Working Experience in the EU Accession Countries*. A Global Development Network Working Paper, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra.* Rio de Janeiro, 2012, p. 239.

LAVINAS, L.; FERRAZ, C. *Inclusão Financeira, Crédito e Desenvolvimento: que papel uma renda básica de cidadania pode jogar nesse processo?* In: XIII Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica. São Paulo, 2010.

MADDALA, G. S. *Limited Dependent and Qualitative Variables in Econometrics*. Cambrigde: Cambridge University Press, 1986.

MASSEY, D.; ALARCÓN, R.; DURAND, J.; GONZÁLEZ, H. *Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico.* Berkeley: University of California Press, 1987.

MCCORMICK, B; WAHBA, J. Overseas work experience, savings, and entrepreneurship amongst return migrants to LDSs. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 48, n. 2, p. 164-178, 2001.

MESNARD, A. Temporary migration and capital market imperfections. *Oxford Economic Papers*, v. 56, p. 242-262, 2004.

PIRACHA, M.; VADEAN, F. Return Migration and Occupational Choice. IZA Discussion Paper n. 3922. Bonn: Institute for the Study of Labor (IZA), jan. 2009.

QUEIROZ, V. S. Migração de retorno, diferenciais de salários e autosseleção: evidências para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

QUEIROZ, S. N. De; TARGINO, I. *Ceará: migração de retorno e de não-naturais durante a década de 1990*. In: Encontro Nacional sobre Migrações, 5. 2007, Campinas. Anais [...] Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2007.

RAINHOLD, S.; THOM, K. *Temporary Migration and Skill Upgrading: Evidence from Mexican Migrants*. MEA Discussion Paper n. 09182. Munique: Munich Center for the Economics of Aging (MEA), 2009.

RAMALHO, H. M. B.; SILVEIRA NETO, R. M. *Migração Inter-Regional de Retorno e Escolha Ocupacional no Brasil*. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 7. São Paulo, 2009. *Anais* [...] São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2009.

SALLES, T. *Brasileiros longe de casa.* São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES-FILHO, N; FERREIRA, P. C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 35, n. 3, p. 299-331, 2005.

SHIMA, I. Return Migration and Labour Market Outcomes of the Returnees: Does the Return Really Pay Off? The case-study of Romania and Bulgaria. *FIW Research Reports*, n. 7, 2011.

SHUMWALL, J. M; HALL, G. Self-Selection, Earnings and Chicano Migration: Differences between Return and Onward Migrants. *International Migration Review*, v. 30, n. 4, p. 979-994, 1996.

SILVA, I. J. F. C. da. Migração interestadual de retorno e inserção no mercado de trabalho: evidências para o Nordeste do Brasil. 2015. 100 f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Non-spatial government policies and regional income inequality in Brazil. *Regional Studies*, v. 45, p. 453-461, 2011.

SIQUEIRA, L. B. O. Uma análise de fluxo migratório brasileiro: migração para regiões pobres e migração de retorno. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SIQUEIRA, L. B. O.; MAGALHÃES, A. M.; SILVEIRA NETO, R. M. *Perfil do migrante de retorno no Brasil*. In: Encontro Regional de Economia. ANPEC Nordeste, XII, 2007, Fortaleza. *Anais*...Fortaleza: ANPEC, 2007.

STARK, O.; EDWARD, T.; YITZHAKI, S. Remittances and Inequality. *The Economic Journal*, v. 96, n. 383, p. 722-740, 1986.

STARK, O.; LUCAS, R. E. Migration, Remittances, and the Family. *Economic Development and Cultural Change*, v. 36, n. 3, p. 465-481, 1988.

VANDERKAMP, J. Migration flows, their determinants and effects of return of return migration. *Journal of Political Economy*, v. 79, p. 1012-1031, 1971.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introductory Econometrics: a modern approach*. 2. ed. Thomson: South-Western, 2003.

Apêndice

Tabela A.1 – Descrição das variáveis utilizadas nas regressões

Atributos pessoais	**Descrição**
Migrante de retorno	Migrante interestadual de retorno - voltou nos últimos 9 anos
Sexo	Variável binária: 1 - Masculino; 0 - Feminino
Raça	Variável binária: 1 - Branca; 0 - Não branca
Idade	Idade do indivíduo
Idade2	Idade ao quadrado
Sindicato	Variável binária: 1 - Sim; 0 - Não
Faixa de educação	
Menos de 1 ano	Variável binária: 1 - Possui menos de um ano de estudos; 0 - caso contrário
1 a 4 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 1 a 4 anos de estudos; 0 - caso contrário
5 a 8 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 5 a 8 anos de estudos; 0 - caso contrário
9 a 12 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 9 a 12 anos de estudos; 0 - caso contrário
12 anos ou mais de estudos	Variável binária: 1 - Possui 12 ou mais anos de estudos; 0 - caso contrário
Posição de ocupação	
Emp. Com carteira	Variável binária: 1 - Empregado com carteira assinada; 0 - caso contrário
Funcionário público	Variável binária: 1 - Funcionário público estatutário; 0 - caso contrário
Emp. Sem carteira	Variável binária: 1 - Empregado sem carteira assinada; 0 - caso contrário
Autônomo	Variável binária: 1 - Autônomo/conta própria; 0 - caso contrário
Empregador	Variável binária: 1 - Empregador; 0 - caso contrário
Ocupação	
Autônomo	Variável binária: 1 – Autônomo/empreendedor; 0 - Empregado
Família	
Chefe	Variável binária: 1 - Responsável pela família; 0 - Caso contrário
Casado	Variável binária: 1 - Homem/mulher vive com cônjuge; 0 - Caso contrário
Filhos menores de 14 anos	Variável binária: 1 - Possui filhos menores de 14 anos; 0 - Caso contrário
Total de moradores	Total de moradores no domicílio
Localização	
Urbana	Variável binária: 1 - Reside em zona urbana; 0 - Caso contrário
Metropolitana	Variável binária: 1 - Reside em área metropolitana; 0 - Caso contrário
Norte	Variável binária: 1 - Reside na região Norte; 0 - Caso contrário
Nordeste	Variável binária: 1 - Reside na região Nordeste; 0 - Caso contrário
Sudeste	Variável binária: 1 - Reside na região Sudeste ; 0 - Caso contrário
Centro-Oeste	Variável binária: 1 - Reside na região Centro-Oeste; 0 - Caso contrário
Sul	Variável binária: 1 - Reside na região Sul; 0 - Caso contrário

Fonte: elaboração própria. A partir dos dados da PNAD de 2009.